

## Produção do Espaço e Dinâmica Regional

# A territorialização precária de famílias rurais atingidas por barragens: dívida social e reconstrução comunitária em reassentamentos no Ceará

The precarious territorialization of rural families affected by dams: social debt and community reconstruction in resettlements in Ceará

La precaria territorialización de las familias rurales afectadas por las represas: deuda social y reconstrucción comunitaria en reassentamientos en Ceará

Marina Calisto Alves<sup>I</sup> , Filipe Augusto Xavier Lima<sup>II</sup> 

<sup>I</sup> Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

<sup>II</sup> Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

## RESUMO

Este artigo busca examinar o cenário social e econômico-produtivo de reassentamentos rurais compostos por famílias atingidas pela Barragem Castanhão no Ceará. Tomando como ponto de partida o fato de que essas famílias se encontram reassentadas há cerca de 20 anos nos territórios analisados, busca-se avaliar a efetividade das políticas de compensação social implementadas, com base na percepção das populações que residem nas comunidades. Baseando-se em uma abordagem exploratória e descritiva, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, entrevistas com fontes-chave e aplicação de questionários como recursos metodológicos. Foi possível concluir que o processo de deslocamento e reassentamento das famílias nas áreas onde foram realocadas foi e continua sendo envolvido por padrões de dívida social e insuficiências nos projetos de compensação implementados, problemáticas que marcaram profundamente o processo de reconstrução comunitária, implicando em uma territorialização precária com repercussões e consequências diversas na atualidade.

**Palavras-chave:** Atingidos por barragens; Políticas compensatórias; Barragem Castanhão

## ABSTRACT

This article seeks to examine the social and economic-productive scenario of rural resettlements made up of families affected by the Castanhão Dam in Ceará. Taking as a starting point the fact that these families have been resettled for around 20 years in the territories analyzed, we seek to

evaluate the effectiveness of the social compensation policies implemented, based on the perception of the populations residing in the communities. Based on an exploratory and descriptive approach, bibliographical research, interviews with key sources and application of questionnaires were used as methodological resources. It was possible to conclude that the process of displacement and resettlement of families in the areas where they were relocated was and continues to be involved by patterns of social debt and insufficiencies in the compensation projects implemented, problems that profoundly marked the process of community reconstruction, resulting in precarious territorialization with diverse repercussions and consequences today.

**Keywords:** Affected by dams; Compensation policies; Castanhão dam

### RESUMEN

Este artículo busca examinar el escenario social y económico-productivo de los reasentamientos rurales compuestos por familias afectadas por la Represa Castanhão en Ceará. Tomando como punto de partida el hecho de que estas familias han sido reasentadas desde hace alrededor de 20 años en los territorios analizados, buscamos evaluar la efectividad de las políticas de compensación social implementadas, a partir de la percepción de las poblaciones residentes en las comunidades. Con base en un enfoque exploratorio y descriptivo, se utilizaron como recursos metodológicos la investigación bibliográfica, entrevistas a fuentes claves y la aplicación de cuestionarios. Se pudo concluir que el proceso de desplazamiento y reasentamiento de familias en las zonas donde fueron reubicadas estuvo y continúa estando involucrado por patrones de endeudamiento social e insuficiencias en los proyectos de compensación implementados, problemas que marcaron profundamente el proceso de reconstrucción comunitaria, resultando en una territorialización precaria con diversas repercusiones y consecuencias hoy.

**Palabras-clave:** Afectados por las represas; Políticas compensatorias; Represa Castanhão

## 1 INTRODUÇÃO

A construção da Barragem Castanhão, no Ceará, semelhante a diversos outros casos no Brasil, resultou em impactos múltiplos para uma diversidade de famílias situadas nos municípios diretamente atingidos, que em sua maioria, habitavam as áreas rurais da região (Alves, 2023). Esse processo foi e continua sendo responsável pela reconfiguração de territórios na zona afetada, reverberando em perspectivas diversas de territorialização que passaram a entrar em conflito. Acrescenta-se que, a Barragem Castanhão foi construída no espaço geográfico onde se localizava a antiga cidade de Jaguaribara, além de afetar outros municípios circunvizinhos, como Jaguaratama, Alto Santo, Jaguaribe e Morada Nova. Essa área foi, historicamente, marcada por diversas disputas territoriais, merecendo destaque a ocorrência de

guerras entre os colonizadores e os povos indígenas locais entre os idos de 1687 e 1720 (Pires, 1990). A partir da colonização, o território passou a ser dominado por latifundiários (Alves, 2023).

Dado os impactos sociais gerados com a construção do Castanhão e, a partir disso, a organização das famílias atingidas, a configuração territorial dessa zona foi modificada, resultando em algumas mudanças na estrutura fundiária, por meio da construção de áreas de reassentamentos (comunidades rurais formadas para abrigar as famílias atingidas e deslocadas). Esse processo, ocorrido entre 1996 e 2006, envolveu diversos conflitos, como exposto em Alves (2023).

De acordo com Monte (2005) e Alves (2023), os interesses em jogo com a construção da Barragem Castanhão envolviam a estruturação de “condições básicas” para a territorialização de uma diversidade de empresas que passariam a sustentar uma nova dinâmica de acumulação capitalista no estado cearense. Outrossim, os impactos ocasionados a partir desse processo recaíram sobremaneira para as populações atingidas e deslocadas compulsoriamente, que tiveram suas dinâmicas territoriais de ligação com a terra e o rio profundamente modificadas (Lins, 2008; Alves, 2023). Partindo dessa concepção, interessa questionar: como vem se dando o processo de reconstrução comunitária das famílias atingidas e deslocadas? Como foram desenvolvidas as políticas de mitigação social implementadas?

Considerando esses elementos, o objetivo do presente trabalho é examinar o cenário social e econômico-produtivo de reassentamentos que abrigam famílias rurais atingidas pela Barragem Castanhão, no Ceará, focando-se nos aspectos territoriais, históricos, sociais, econômicos e produtivos, de modo a avaliar o histórico e a efetividade dos projetos implantados e o processo de reconstrução comunitária, a partir das percepções das famílias atingidas e reassentadas.

Como apontado anteriormente, a construção da Barragem Castanhão atingiu de forma direta um grande quantitativo de famílias que residiam na área rural da região. Parte dessa população foi realocada em diferentes reassentamentos, onde os projetos contaram com a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra

as Secas (DNOCS), Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros. As comunidades reassentadas podem ser classificadas em três blocos: 1) Projetos de Irrigação<sup>1</sup>; 2) Projetos de Sequeiro<sup>2</sup>; e 3) Projetos Especiais e Projetos Pendentes<sup>3</sup>. Para a construção deste trabalho foram escolhidas comunidades de cada um dos blocos citados.

Para o alcance do objetivo proposto, definiram-se como área de abrangência da pesquisa de campo sete comunidades rurais atingidas pela obra, mas com perfis variados: os Reassentamentos Mandacaru e Curupati-Irrigação (Projetos de Irrigação); os Reassentamentos Volga e Alegre (Projetos de Sequeiro Estaduais e Federais); o Reassentamento Curupati-Peixe, por abranger a cadeia de produção<sup>1</sup> da piscicultura; a comunidade Vila Mineiro, que representa as áreas urbanizadas; e a comunidade Macambira, que representa áreas com pendências. Todas as comunidades citadas situam-se entre os municípios de Jaguaribara, Jaguaretama e Alto Santo (Figura 1).

Destaca-se que a primeira etapa metodológica compreendeu a realização de uma pesquisa bibliográfica, a partir de livros, artigos e periódicos científicos, buscando entender o estado atual da temática. A segunda etapa metodológica envolveu o trabalho de campo, onde foi realizado o diálogo direto com o universo empírico da análise. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com fontes-chave (16 entrevistas) e a aplicação de questionários com famílias reassentadas (74 questionários). Para descrever trechos das falas dos entrevistados de forma anônima,

---

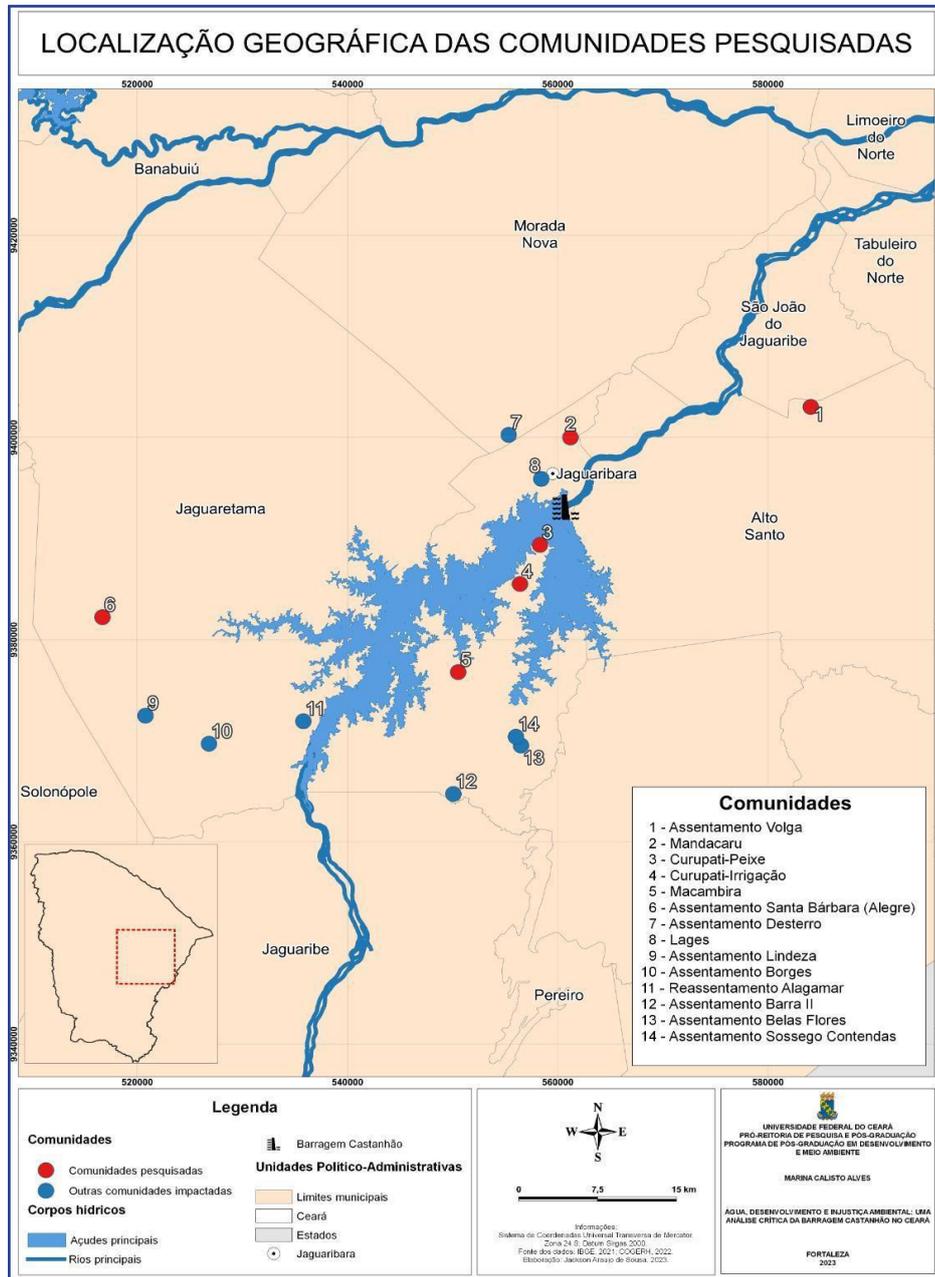
<sup>1</sup> Áreas onde foram implementados projetos de produção agrícola irrigada, sendo eles os Reassentamentos Curupati-Irrigação, Mandacaru e Alagamar. Nessas comunidades foram reassentadas cerca de 466 famílias em uma área total de, em média, 1.937 ha, o que totaliza cerca de 4,15 ha por família. O gerenciamento dos projetos irrigados é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA).

<sup>2</sup> Nesse bloco de comunidades estão inseridos seis assentamentos federais, sendo eles: Assentamento Sossego Contendas, Barra II e Belas Flores no município de Jaguaribara; o Assentamento Caroba no município de Alto Santo; e os Assentamentos Borges e Santa Bárbara no município de Jaguaretama. Nessas áreas federais, em um somatório geral, foram reassentadas cerca de 227 famílias provenientes de áreas atingidas pelo Castanhão, além de cerca de 118 famílias que foram assentadas pelo INCRA. Do ponto de vista dos dados fundiários, tem-se que esse conglomerado de comunidades soma um total de 11.974,86 ha de área, o que totaliza, em média, cerca de 34,70 ha por família. A responsabilidade pelo gerenciamento desses assentamentos é do INCRA. Nesse bloco, também estão inclusos os projetos de assentamentos estaduais, sendo eles: Assentamento Lindeza em Jaguaretama; Assentamento Desterro em Jaguaribara; e os Assentamentos Nova Holanda e Volga, no município de Alto Santo. O órgão responsável por essas áreas é o IDACE, sendo que nessas zonas de responsabilidade estadual foram reassentadas cerca de 55 famílias atingidas pela barragem em uma área total de aproximadamente 1.635 ha (cerca de 29,72 ha por família).

<sup>3</sup> Áreas onde foram implantados projetos que não visavam à exploração agrícola ou pecuária e projetos que ainda se encontram com pendências de reassentamento.

os nomes dos interlocutores foram substituídos por códigos compostos pelas iniciais da comunidade onde reside cada interlocutor, seguidos de uma numeração<sup>4</sup>.

Figura 1 – Localização geográfica das comunidades e reassentamentos circunvizinhos à Barragem Castanhão com famílias atingidas e realocadas



Fonte: Souza (2023)

<sup>4</sup> O código "CI" corresponde ao Reassentamento Curupati-Irrigação; "CP" ao Reassentamento Curupati-Peixe; "MI" à Vila Mineiro; "MA" corresponde ao Reassentamento Mandacaru; a letra "A" se refere ao Assentamento Santa Bárbara (Alegre); a letra "M" se refere aos interlocutores da Comunidade Macambira; e a letra "V" corresponde aos interlocutores do Assentamento Volga.

O artigo está organizado em seções, iniciando com esta introdução, que é seguida de uma breve revisão de literatura envolvendo a análise de conceitos importantes para o tema debatido. Na sequência, a seção de resultados e discussão apresenta os elementos centrais identificados no trabalho de campo, traçando discussões com base nos conceitos e categorias acionados como base teórica de análise. Por último, na seção de considerações finais são elencados os aspectos em destaque com base nos dados obtidos com a realização da pesquisa.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Como afirma Restrepo (2018, p. 209), “em nome do desenvolvimento e com a promessa de elevar o padrão de vida das pessoas, as mais diversas políticas, programas e projetos são implementados”. Assim, o termo “desenvolvimento” passou a habitar as ideias e práticas dos mais distintos países, possibilitando estratégias discursivas para sustentar a construção de grandes obras, como barragens (Alves, 2023). No Nordeste do Brasil, essas obras foram desenvolvidas, em grande medida, ao entrelaçar a ideia de “desenvolvimento” com a de “combate às secas”.

Nesse escopo, ao manejarem recursos hídricos, essas obras, que fazem parte do que pode ser chamado de ciclo hidrossocial da água, como sustenta Swyngedouw (2004), podem ser entendidas como parte de um processo de cercamento e mercantilização dos bens naturais. Tais ações ocorrem de forma conectada aos processos de acumulação capitalista que operam de forma expansionista, submetendo territórios diversos, por meio da produção de espaços capazes de atender às lógicas econômicas dominantes (Harvey, 2005). Esse processo também ocorre por intermédio da atuação do Estado, que desempenha papéis diversos relacionados às dimensões de planejamento, gestão, patrocínio e, ainda, de construção de obras, sejam elas infraestruturas hídricas ou logísticas (Cavalcante, 2019).

Não obstante, o expansionismo do modo de produção capitalista não se dá de modo abstrato, mas materialmente, em espaços ocupados por outros sujeitos sociais, de tal forma que a confrontação entre territorialidades distintas tem trazido à tona,

de forma cada vez mais contundente, os conflitos ambientais e as lutas dos povos por terras, águas e em defesa dos seus territórios. Ocorre que a interpenetração ou sobreposição de ambientes e territórios distintos, fazem surgir sentimentos de lugar e de busca pela permanência dos modos de vida como estratégias de sobrevivência e como respostas aos agudos impactos ocasionados por essas ações (Brito, 2016).

Nessa linha, assumindo a importância das noções de espaço e território, é importante dizer que, desde épocas imperiais, em nenhum outro lugar do Nordeste se expressou, com tamanha força, as ações governamentais no âmbito do combate às secas e do desenvolvimento, como no Ceará (Oliveira, 1977). Esse elemento é importante para entender que a imbricação entre Estado e classes dominantes locais têm larga caminhada em território nordestino e cearense. No que se refere à construção de obras hídricas, estas se configuraram nessa região, como uma política de desenvolvimento, ainda se mantendo na atualidade como parte do sustentáculo da expansão capitalista nesse território (Alves, 2019).

Ademais, a resistência às consequências da construção de obras hídricas fez emergir a categoria social e política dos *atingidos*. Essa categoria surge a partir desses conflitos territoriais, em lutas locais e regionais, que se unificaram a partir de 1991, com o surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Assim como outros grupos sociais, os *atingidos* ainda seguem buscando efetivar direitos sociais e as medidas instituídas como compensação social comumente são problemáticas, seja pela ausência de interesse político na resolução do passivo social, pela inexistência de parâmetros legais e/ou pela complexidade de impactos (Zen, 2021).

Por assim dizer, como avaliado em Alves (2019), os processos de reterritorialização de famílias rurais atingidas por barragens são comumente envoltos por ciclos diferenciados, que envolvem problemáticas sociais diversas e, que em maior ou menor grau, relacionam-se com sentimentos e perdas materiais e simbólicas. Tais questões implicam nas dificuldades na reconstrução comunitária, essencialmente pelo fato de que, como aponta Haesbaert (2004), a territorialidade é um processo multidimensional que envolve a interação de elementos que envolvem poder político,

questões econômicas, ecológicas, além de elementos ligados à subjetividade. Ainda de acordo com Haesbaert (2004), é preciso compreender que já que nenhum indivíduo pode existir sem um território, o que ocorre comumente é, na verdade, a imposição de processos de “territorialização precária” para as grandes maiorias, ou mesmo de “reclusão territorial”, que denotam “formas crescentes de precarização social” dentro da lógica capitalista dominante que relega para os grupos sociais subalternos, quando muito, apenas a possibilidade de um “território mínimo”.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Assumindo que as comunidades analisadas vivenciaram um processo de mudanças territoriais marcantes, buscou-se inicialmente, nas entrevistas semiestruturadas, entender aspectos da dinâmica social das famílias nas antigas comunidades. Nesse sentido, questionou-se aos entrevistados como era a “vida de antes”. Nessa feita, as principais semelhanças foram verificadas entre as famílias que residiam em Jaguaribara às margens do Rio Jaguaribe, como é o caso daquelas que foram deslocadas para o Reassentamento Curupati-Irrigação, Mandacaru, Curupati-Peixe e para a comunidade Macambira. Por outro lado, outra parcela das famílias, como as que foram deslocadas para o Assentamento Volga e para a Vila Mineiro, residiam no município de Jaguaribara, mas em áreas distantes do Rio Jaguaribe. Outras famílias residiam no município de Jaguaretama em áreas distantes do Rio Jaguaribe.

Entre as semelhanças nos modos de vida desses grupos, destacam-se as atividades econômicas desempenhadas, que envolviam, principalmente, o plantio em períodos de inverno, o plantio em vazantes e a criação de animais, isto é, era a agricultura a essência da base de reprodução social dessas famílias. Ademais, no caso das comunidades que eram ribeirinhas, é consideravelmente destacada a importância do vínculo com o Rio Jaguaribe. Nesse tema, um interlocutor apontou que as famílias também tinham a pesca como fonte de sobrevivência.

No inverno, a gente plantava nas áreas de Caatinga aqui em cima, que a gente tinha umas terrinhas, ou plantava para os donos de terra

pagando renda e no verão a gente plantava vazantes, que era no rio e o acesso ao rio a gente tinha com toda a liberdade, que todo mundo podia pescar, a gente vivia da pesca, era aquela coisa bem natural, bem tranquilo (CP1, 2023).

Essa abordagem explicita que a reprodução social das famílias também se dava por intermédio de uma relação direta com o rio. Também se nota que a importância dada por essas famílias ao Rio Jaguaribe, para além de econômicas e materiais, tem a ver com dimensões simbólicas, associando-se a ideias como “liberdade” e “tranquilidade”. Em diálogo com Carneiro (2001), esses aspectos revelam que para esses grupos sociais, a terra e, neste caso o rio, se configuravam como componentes da ordem simbólica com significados que transcendiam o valor econômico.

Ainda nesse tema, as famílias entrevistadas também destacaram que exerciam outras atividades como fontes de renda, além da agricultura, como é o caso de CI1 (2023), que afirmou que *“naquela época a gente trabalhava muito de alugado, que nem só a plantação dava pra sobreviver”*, explicando que além das atividades agrícolas, as famílias desempenhavam outros trabalhos, sobretudo para os fazendeiros da região. Nesse entendimento, é possível identificar que os modos de vida nas antigas comunidades de onde partiram as famílias, em sua maior parte, envolviam aspectos da realidade identificada em diversas zonas rurais do Nordeste e do Ceará. Como afirmado por Carvalho (1988), nessas zonas, predominavam-se relações sociais em que o fazendeiro, detentor de terras e do controle político e econômico regional, determinava significativamente os padrões de vida das famílias, que em sua maioria, residiam nessas terras cedidas pelos fazendeiros. Esse é um aspecto central das discussões que envolvem a Barragem Castanhão, visto que a implantação da obra se deu em meio a uma sobreposição de conflitos sociais e agrários (Brito, 2016).

Nessa linha, CP2 (2023), morador do Curupati-Peixe, salientou que: *“[...] lá na Malhada Vermelha, eu não tinha uma casa pra morar, eu não tinha água encanada, [...] então eu morava em casa dos outros”*. Essa realidade implicou no fato de que no processo de planejamento e construção da barragem, os agricultores sem-terra, maior parcela da população, precisaram empreender diferentes estratégias de resistência para

conseguir pautar alguns direitos básicos. Por outro lado, uma parcela significativa das famílias atingidas também era composta por posseiros ou pequenos proprietários, ou ainda, de pequenos agricultores arrendatários que registravam melhores condições de vida. Esse é o caso de algumas famílias que foram reassentadas no Projeto Mandacaru. Ao serem questionadas sobre a vida de antes, essas famílias afirmaram o forte vínculo com o rio, a qualidade das terras, a riqueza das safras e a tranquilidade existente nas antigas comunidades, como ressaltou o interlocutor MA1 (2023):

A gente vivia da agricultura, plantando vazantes. A fartura mais medonha do mundo. O que você plantasse nas vazantes, você colhia, era milho, no verão eu tirava milho, a gente comia pamonha, do milho de vazante. Até gergelim eu plantava nas vazantes e colhia, melancia, jerimum [...]. As batatas eu dava era para as vacas que sobrava. Até hoje, até sonhar morando no Velame às vezes de noite eu sonho [...] (MA1, 2023).

Outra parcela das famílias reassentadas residia em áreas distantes do rio. É o caso daquelas que foram reassentadas na Vila Mineiro, no Assentamento Volga e no Assentamento Santa Bárbara. A vida dessas famílias envolvia algumas particularidades, como dificuldades no acesso à água e isolamento social. Em relação ao acesso à água, o entrevistado V1 (2023), morador do Assentamento Volga, afirmou que: “[...] *Não era perto do rio, era muito longe, a água que a gente recebia era de cacimbão*”. Por outro lado, semelhante às famílias ribeirinhas, nessas áreas também se verificava a mesma dinâmica social das demais comunidades, isto é, a existência de pequenas, médias e grandes propriedades, que por sua vez, abrigavam um conjunto de famílias sem-terra.

Esses elementos ajudam a entender as diferentes percepções das famílias em relação ao significado da Barragem Castanhão e dos processos de reassentamento. Percebe-se, que os agricultores sem-terra possuem uma percepção diferente sobre a vida de antes em comparação com os entrevistados que detinham parcelas de terra, de modo que são comuns os relatos que afirmam que atualmente as condições de vida são melhores, pelo fato de que as famílias possuem, pelo menos, um “pedaço de terra” e uma moradia. Nessas famílias, percebe-se de forma mais significativa do que nas famílias que já detinham terra ou moradia antes da construção da barragem, a atribuição de um valor moral à terra e à casa conquistadas.

Obviamente, essa percepção não é generalizada e, em grande medida, a atribuição de um significado valorativo (ligado mais ao valor de uso e ao valor patrimonial do que ao valor de troca) parece ser, inclusive, uma das perdas relacionada aos deslocamentos, isto é, nota-se, em algumas famílias, dificuldades para enxergar os novos territórios, a terra e a moradia atuais como valores simbólicos e familiares, sendo que nesses casos se predomina uma visão da terra muito mais como um bem no sentido de uma mercadoria. Essa análise é importante, visto que essa percepção imprime também reconfigurações culturais, patrimoniais e familiares que se relacionam com as diferentes atribuições de “valor” à terra (Carneiro, 2001).

Em relação às reações ao anúncio da construção da Barragem Castanhão, os depoimentos dos entrevistados também mostram semelhanças e particularidades. Para algumas famílias se vislumbrava a possibilidade de conquista de moradia e terra, enquanto para outras, a barragem significava o abandono de laços comunitários, bens e posses e do vínculo com o Rio Jaguaribe. Mesmo com essas variações, o anúncio da obra gerou profundas incertezas e um tipo de assombro local, como contou CI2 (2023):

Eu era muito novo na época, eu só via mais eles falarem, que, por exemplo, assim, era uma coisa que era gigantesca, que o pessoal falava, que ia mudar a vida das pessoas. Esse tipo de coisa e que a gente achava que essa água nunca ia chegar lá, a cobrir onde a gente morava. A gente achava que era muito alto, a gente achava, não tinha conhecimento de nada (CI2, 2023).

O relato expresso revela, entre outras coisas, o cenário de ausência de informações para a população atingida. Outro depoimento que demonstra essa situação foi expresso por MA1 (2023), que disse que o anúncio da obra *“foi uma cacetada, porque o cara viver bem num canto e saber que aquele canto vai ser indenizado e você sem saber pra onde ia”*. Por outro lado, também se destacaram falas relacionadas com expectativas positivas, como dito por CP1 (2023), que afirmou que *“na verdade, a gente ficou naquela expectativa, porque toda, mudança muitas vezes pode ser pra melhor ou pra pior, mas como a gente vivia numa situação, praticamente, pode se dizer primitiva mesmo [...], a gente criou uma expectativa”* (CP1, 2023).

Desse modo, destaca-se que, em virtude da obra se realizar em meio a um cenário social envolto por conflitos, pelo padrão de concentração da terra e da renda, para os agricultores “moradores” das fazendas, aquele processo também passava a abrir a possibilidade de conquista de direitos sociais, como moradias e terra. Nesse âmbito, os projetos de compensação social também passaram a representar para essas famílias a esperança de melhores condições de vida. Não obstante, em virtude do deslocamento compulsório, e, ainda, pelas dificuldades na implementação dos projetos produtivos, ainda se registram percepções de frustração com as novas comunidades. Esses elementos foram destacados pela interlocutora CI1 (2023), que afirmou: *“Eu mesma, eu pra mim foi tipo assim uma mudança que eu não aceitava, como até hoje eu não gosto, porque pra mim era sempre a Malhada Vermelha, porque hoje nós moramos aqui, mas não é igual ao outro tempo que a gente viveu”* (CI1, 2023).

Quando questionados sobre o processo de transferência para as novas comunidades, comumente foram identificadas referências negativas dos interlocutores, que sublinharam, no mais das vezes, esse momento, como sendo a parte mais traumática do processo, especialmente pelo fato de que algumas famílias saíram das antigas localidades durante a primeira cheia do Castanhão, ou seja, as famílias precisaram sair com a água chegando a áreas muito próximas ou alagando as antigas residências. Sobre isso, MA2 (2023), destacou que *“o que foi mais sofrido foi a questão da mudança, a mudança aconteceu em 2004 [...]. Porque foi a cheia do Castanhão [...] e aí era a água chegando e o pessoal saindo, mas sem querer sair”*.

Desse modo, o processo de transferência foi ainda mais difícil para essas famílias, por necessitarem sair de suas casas de forma emergencial e pelo fato de que as novas residências, em alguns casos, não se encontravam finalizadas, como também é o caso da Comunidade Macambira, onde as famílias, ao chegarem à nova terra, não dispunham de casa e ainda precisaram pressionar os antigos moradores da fazenda, já desapropriada para saírem do terreno, como exposto pelo interlocutor M1 (2023).

Foi em 2004, aí nós chegamos aqui uma chuva tão grande, saímos de lá dos Ossos, se nós demoramos mais, assim uma meia hora, nós

tínhamos ficado ilhado [...] Aí nós chegamos aqui, essas casas era tudo de taipa, aí a casa grande, o ex-dono ainda morava dentro, só que nesse dia ele não tava lá, aí botaram nós lá [...]. Aí brigamos, aí fomos em Fortaleza, porque ele não queria sair daqui não, aí trouxeram a carta pra ele, aí ele desocupou [...] que a ordem era ele desocupar o terreno, porque ele já tinha recebido o dinheiro dele (M1, 2023).

Assim, em relação ao processo de estruturação dos reassentamentos, as famílias relataram diferentes realidades, quando se analisa cada comunidade. Para compreender esse processo, cumpre-se situar o período de transferência das famílias de cada área em análise, isto é, as famílias situadas no Assentamento Alegre e na Vila Mineiro foram transferidas entre 2000 e 2001. Já as famílias do Reassentamento Curupati-Irrigação e Curupati-Peixe foram transferidas entre 2001 e 2002, assim como as do Assentamento Volga. No que se refere ao Reassentamento Mandacaru e Macambira, sublinha-se que as famílias foram transferidas entre 2004 e 2005.

### **3.1 A territorialização precária nas novas comunidades e o cenário atual das políticas compensatórias**

#### **3.1.1 Projetos Irrigados: Os Reassentamentos Curupati-Irrigação e Mandacaru**

Em relação ao Curupati-Irrigação, o projeto foi formado a partir da demanda das comunidades de se ter áreas em que fossem implantados sistemas que usufríssem da água acumulada na barragem, beneficiando os atingidos e a partir das formulações do próprio governo. Desse modo, esse reassentamento foi formado com famílias provenientes das comunidades Aroeira, Cachoeirinha, Ilha Grande, e, principalmente, da Malhada Vermelha, sendo reassentadas 153 famílias em 500 hectares (ha) de terras, onde cada família receberia um lote de 3 ha para o cultivo de frutíferas com irrigação.

As famílias iniciaram o processo de transição para o reassentamento nos anos de 2001 e 2002, mas o início da implantação do Projeto de Irrigação só se deu no ano de 2006. Inicialmente foram instalados 69 lotes. Os demais 80 lotes seriam instalados em uma 2ª etapa, porém, esse processo não ocorreu até hoje e alguns moradores passaram a usar essas áreas de forma não regularizada. Nos lotes instalados, muitos

agricultores produziram, no início do projeto, culturas como goiaba e mamão, sendo que a primeira colheita de mamão entre os anos de 2007 e 2008 chegou a ser destinada à exportação. No entanto, não ocorreu uma continuidade da produção.

Atualmente, os produtores cultivam banana, macaxeira, caju, pimenta, entre outras culturas, em cerca de 40 lotes. Os entrevistados relataram diversos desafios no que diz respeito à manutenção das atividades, em virtude de problemáticas relacionadas ao sistema de irrigação. Também são destacados aspectos sociais, como a ocorrência de vendas de lotes. CI2 (2023), ao ser questionado sobre os motivos que têm levado os agricultores a venderem a terra, ponderou:

Isso aconteceu porque você tem a falsa promessa e aquela coisa não acontece. Eles prometeram um sonho para as pessoas, que as pessoas iam produzir e viver melhor. Aí isso só aconteceu na primeira etapa e por certo tempo só [...]. A maioria das famílias desacreditadas, não tinha como, era difícil sobreviver aqui, [...] aí muita gente endividada, devia até nos pequenos comércios daqui, aí para pagar conta vendia o lote (CI2, 2023).

Em diálogo com Carneiro (2001), percebe-se que, neste caso, “como uma prática contraditória do ponto de vista da reprodução camponesa, a venda da terra é um mecanismo de sobrevivência” (Carneiro, 2001, p. 49). Além disso, os entrevistados afirmaram que “*faltou muita organização,*” e que a “*assistência social era muito difusa*”. Para analisar o panorama atual das atividades produtivas, destaca-se que, entre as famílias entrevistadas na comunidade, 53,3% afirmaram que não adotaram os modelos de produção agropecuária implantados pelas instituições governamentais como medidas compensatórias. Entre os motivos levantados para a não adoção, 50% das famílias afirmaram que foi por “*falta de adequação aos modelos*”; 25% afirmaram que optaram por deixar de trabalhar na agricultura; 12,5% disseram que abandonaram as atividades por problemas de natureza técnica; e 12,5% afirmaram que não seguiram nas atividades irrigadas por falta de insumos e equipamentos.

No mesmo sentido, também é importante destacar que, das 15 famílias entrevistadas, 13 receberam áreas de terra, totalizando 3 ha, e duas famílias não receberam terra. Nesse caso, trata-se de famílias que chegaram à comunidade após o

reassentamento estar concluído e residem de aluguel ou são filhos de reassentados. Entre as 13 famílias entrevistadas que receberam os lotes, apenas seis famílias ainda mantêm as áreas produtivas, sendo que uma dessas famílias possui atualmente 13 ha. Não obstante, sete famílias afirmaram que venderam a terra, com destaque para famílias chefiadas por mulheres<sup>5</sup>. Entre as duas famílias que não receberam terra, uma delas afirma que possui atualmente 9 ha de área. Esses dados explicitam uma certa tendência de reconcentração fundiária, visto que são as famílias mais pobres, que têm adotado a estratégia de venda da terra. Ao mesmo tempo, esses elementos mostram a insuficiência das políticas compensatórias, já que, ao menos 53% das famílias não adotaram os modelos propostos.

Já no que se refere ao Reassentamento Mandacaru, esta área foi formada por moradores de uma antiga comunidade chamada Velame, além de famílias que residiam em fazendas da região ou eram pequenos proprietários. Diferentemente das outras comunidades com áreas irrigadas, no Mandacaru, o Projeto tinha como objetivo a implantação de uma área irrigada de espécies forrageiras apropriadas para pastejo voltadas à qualificação de um projeto de bovinocultura leiteira. Nessa comunidade foram reassentadas 170 famílias em uma área de 500 ha. Atualmente, residem no reassentamento cerca de 200 famílias. Em relação ao Projeto de Irrigação implantado, destaca-se que a projeção apontada inicialmente era a de que cada família receberia um lote instalado de 3 ha com estrutura de irrigação, capim cultivado, piquetes implantados e vacas leiteiras para o início da produção. Porém, a implantação do projeto não se deu da forma esperada pelos agricultores e prometida pelo governo.

Como dito, as famílias reassentadas nessa comunidade, chegaram à nova localidade de forma emergencial, em 2004, na primeira cheia da Barragem Castanhão. Nesse período, a estrutura do projeto ainda não se encontrava implantada, tendo sido iniciada a entrega dos lotes da 1ª Etapa somente nos anos subsequentes. Após a entrega de cerca de 130 lotes, as espécies forrageiras só foram implantadas em 2012

---

<sup>5</sup> Apesar de não ser o foco deste trabalho, esta é uma temática que pode ser uma frutífera agenda de pesquisa no território. A partir de Carneiro (2001) é possível analisar múltiplas questões envolvidas na temática de herança e gênero entre agricultores familiares.

e as matrizes leiteiras prometidas nunca chegaram até os agricultores nos moldes propostos pelo governo, como explicou MA3 (2023):

Em 2012 plantaram o capim dizendo que com 90 dias as vacas chegavam, o capim, que eles tinham feito uma adubação correta e na época nós tinha água com vontade, com 90 dias o capim estava cobrindo o homem. Olhe, quando foi que apareceram essas vacas? Tá só com uns quatro anos. Nesse tempo, nós vendíamos o capim, botava fogo, fazia aqueles fardos pra vender para as comunidades, muita gente vendia o capim, aqui nós já sofremos (MA3, 2023).

Nesse panorama, os agricultores conseguiram negociar, em 2016, uma linha de crédito junto ao Banco do Nordeste (BNB) para viabilizar a aquisição de vacas leiteiras, permitindo o avanço na condução do projeto. Atualmente, a comunidade vem vivenciando a busca pela sustentabilidade da produção irrigada, assim como desafios de sucessão rural e limitações ligadas ao acesso à água.

Acrescenta-se que, no caso dos projetos irrigados, o que se destacou de forma elementar foi a demora dos entes governamentais na implementação das estruturas produtivas. Esse aspecto é interessante pelo fato de que, no período de maior acúmulo de água na Barragem Castanhão, entre os anos de 2004 e 2012, o único projeto iniciado nas áreas irrigadas era o Curupati-Irrigação, de modo que, as famílias deixaram de aproveitar dos potenciais benefícios nesse período para o desenvolvimento dos projetos produtivos. Além disso, é perceptível, especialmente no Curupati-Irrigação, que muitas famílias não se adaptaram à produção irrigada, tendo arrendado ou vendido as áreas de lotes para os agricultores mais capitalizados. Essa realidade também é verificada no Projeto Mandacaru, embora em menor intensidade, o que faz atentar para a ocorrência de um processo de diferenciação social interna que pode trazer repercussões na composição das unidades produtivas nesses territórios.

Ao mesmo tempo, é também destacado o fato de que em ambas as comunidades ainda se registram pendências nos projetos, como a instalação de áreas produtivas. Essa área a ser instalada, no Curupati-Irrigação, compreende 80 lotes, o que equivale a 240 ha. No caso do Projeto Mandacaru, a área a ser instalada é de cerca de 40 lotes, o que é equivalente a 120 ha. Esse elemento também demonstra os cenários de dívida

social que ainda permanecem nos reassentamentos. Ainda em relação ao Projeto de Irrigação no Mandacaru, merece destaque que, entre os entrevistados, 20% das famílias afirmaram que não adotaram os modelos de produção propostos e utilizam a área produtiva para outra finalidade ou arrendaram e/ou venderam as áreas de lotes. Cerca de 13% dos entrevistados foram enquadrados na categoria “Não se aplica”, por se tratarem de famílias que chegaram posteriormente ao reassentamento. Ademais, 20% das famílias afirmaram que adotaram os modelos propostos apenas “Parcialmente”, afirmando que não se adequaram totalmente, não possuem mão de obra suficiente e/ou mantêm a produção de capim na área produtiva com vistas a vender a forragem produzida, enquanto outros 47% adotaram os modelos propostos e estão mantendo a produção nas áreas irrigadas.

Esses dados corroboram com a análise de que, nesse caso, há um índice maior de agricultores que avançaram na adoção da irrigação como alternativa para a reprodução social das famílias. Ao mesmo tempo, também indica que, nessas áreas existe um número considerável de famílias compostas por aposentados.

### 3.1.2 Projetos de Sequeiro: O Assentamento Santa Bárbara e o Assentamento Volga

O Assentamento Santa Bárbara é composto por três núcleos de moradia, sendo eles o Núcleo Santa Bárbara, o Núcleo Alegre e o Núcleo Campina Alegre. Nessas áreas foram reassentadas famílias atingidas que residiam em comunidades no município de Jaguaretama, além de famílias que foram assentadas pelo INCRA, de acordo com a política de reforma agrária. Considerando toda a área, foram reassentadas e assentadas 168 famílias, das quais 86 residem no Núcleo Alegre, onde estão situadas as famílias que foram reassentadas em virtude da construção da barragem.

Essa comunidade compreende uma área de Assentamento Federal, de responsabilidade do INCRA. Nesse caso, as famílias atingidas situadas nessas comunidades não receberam políticas de mitigação social específicas e foram assentadas somente de acordo com os moldes comuns de reforma agrária. Isso significa dizer que o projeto de produção implantado é o assentamento em si e as

atividades econômico-produtivas que foram implementadas dizem respeito à prática de agricultura de sequeiro, com o plantio do roçado no inverno e a criação de animais.

Apesar de registrar diversas semelhanças, do ponto de vista das problemáticas enfrentadas, quando comparado com os outros reassentamentos de reforma agrária da zona do Castanhão, o Assentamento Santa Bárbara (Núcleo Alegre) detém particularidades, principalmente, o fato de ser uma comunidade reassentada no município de Jaguaretama. Esse é um elemento a se destacar, visto que se verifica que as comunidades que foram reassentadas nas áreas mais distantes da barragem, especialmente aquelas que foram realocadas nos municípios de Jaguaretama e Alto Santo, ficaram ainda mais vulneráveis, no sentido de não terem sido garantidas políticas compensatórias, em comparação com as áreas realocadas em Jaguaribara, que conseguiram garantir alguns benefícios associados ao Castanhão, como abastecimento de água. No Assentamento Santa Bárbara (Núcleo Alegre), o suprimento hídrico para o consumo humano e produção agropecuária é garantido por um açude da comunidade, o que reverbera, por vezes, em insegurança no abastecimento. Ademais, os entrevistados indicaram outros desafios, como expôs A1 (2023).

Eu acho que o desafio é a falta de crédito mesmo, porque o INCRA também sumiu. A falta de apoio financeiro, para que as famílias possam sobreviver. A maioria aqui hoje sobrevive do leite, alguns recebendo o Bolsa Família, outros que são aposentados, não tem emprego garantido, tem outros que compram um leitinho e fazem queijo. [...] Veio muita gente pra cá, mas na época não tinha água, não tinha energia e os vizinhos não eram os mesmos, aí muitos foram embora (A1, 2023).

Os elementos levantados pelo interlocutor apontam para a problemática de ausência de projetos produtivos e fontes de renda nas áreas de Projetos de Sequeiro, visto que esse relato é um padrão em todas as áreas desse bloco de comunidades. Ao mesmo tempo, é importante destacar a percepção relacionada à ocorrência de aumento dos índices de êxodo rural nessas áreas, que pode estar vinculado aos desafios indicados pelos interlocutores, como ausência de fontes de renda. Nesse sentido, um aspecto que se sobressai nas entrevistas nessas áreas é o número baixo de jovens nas famílias e, como consequência, o envelhecimento da população

reassentada, elemento comumente relatado em outros estudos acerca de realidades rurais. Outro destaque nessas áreas são os desafios relacionados aos processos de titulação das terras. Percebe-se a existência de uma tendência à venda das áreas, após a divisão e titulação, o que também levanta múltiplas preocupações sociais.

Ademais, a produção agropecuária nessas áreas, com destaque para a bovinocultura leiteira, conta, nas condições em que são desenvolvidas, com agravantes relacionados às dificuldades de superlotação das áreas, insuficiência das pastagens nativas e dependência dos agricultores às rações de armazém, o que vem levando às famílias a uma contínua descapitalização e determinando poucas condições para que essa forma de produção continue em médio e longo prazo garantindo a reprodução social das famílias, em que pese a importância cultural, econômica e social dessa atividade histórica e atualmente. Nesse caso, parece fazer sentido demarcar a existência de um problema considerável e estrutural dos modelos produtivos desempenhados na agricultura familiar, em grande medida, não apenas nas comunidades aqui analisadas, mas também em todo o contexto do Médio Jaguaribe, no Ceará. Esses aspectos escancaram a necessidade de repensar políticas e estratégias de desenvolvimento que sejam adequadas às necessidades de dignidade humana e também condizentes com as limitações ambientais regionais.

Entende-se que todas essas problemáticas sociais são agravadas nessas áreas pelo fato de que não foi garantida uma política contínua de acompanhamento aos assentamentos e reassentamentos, como abordado por Lins (2008) e Alves (2019). Além do mais, é necessário dizer que esses desafios não são específicos de comunidades atingidas por barragens. Entretanto, as problemáticas das famílias reassentadas nessas áreas merecem uma atenção específica pelo fato de que esses agrupamentos não receberam outros tipos de políticas necessárias, como por exemplo, a garantia de acesso à água para diversos fins (Alves, 2023).

Em relação ao Assentamento Volga, a área foi formada por famílias avulsas de diferentes localidades. Um destaque em relação a essa comunidade é o fato de que as famílias reassentadas residiam no município de Jaguaribara e foram realocadas para o

município de Alto Santo, onde é o assentamento. Essa mudança também ocorreu em outras comunidades da área do Castanhão e é um exemplo da complexidade envolvida na construção de barragens. Não obstante, foram reassentadas nessa comunidade um total de 12 famílias, sendo construídas 10 residências pelo IDACE e o DNOCS, e reformadas duas residências que já existiam na propriedade. Atualmente, segundo os moradores, ainda residem 12 famílias na área, contudo, nas visitas foi possível identificar apenas seis famílias, visto que uma parte dos moradores reside em outros locais, mas ainda mantêm as residências na comunidade. Algumas famílias migraram por completo e outras famílias se dissolveram, por diferentes motivos. Atualmente, as famílias relatam que os moradores *“vivem da criação, de algum empregozinho se tiver e do aposento”* (V2, 2023). Já V1 (2023), comentou: *“tem esse auxílio que tem, outros vão trabalhar ali na cerâmica [...] criam, plantam também [...] aqui também tem umas mangas, aí no inverno a gente separa uma, [...] aí vende, aí reparte o dinheiro”*.

Nessa comunidade, ao serem questionadas sobre os impactos relacionados com a construção do Castanhão, o principal elemento destacado pelas famílias se refere à ausência de garantia de acesso à água, visto que a comunidade, até hoje, não possui sistema de água canalizada, sendo abastecida por um carro-pipa enviado pela Prefeitura de Alto Santo. Essa água é armazenada nas cisternas, mas como não existem cisternas em todas as residências, as famílias relataram que a água não é suficiente para as necessidades do cotidiano. Ao mesmo tempo, é perceptível que as famílias dessa área não associam de forma tão direta, como em outros casos já relatados, as dificuldades da comunidade como algo relacionado com a construção da barragem. Como afirmado, antes da construção do Castanhão, essas famílias já vivenciavam diversas dificuldades em relação à moradia, terra e, inclusive, em relação à água, visto que esses moradores residiam em áreas distantes do Rio Jaguaribe. Dessa maneira, a percepção de perdas para essas famílias é menor.

Não obstante, avalia-se que, essa “ausência” de percepção da existência de uma dívida está relacionada não ao fato de que as políticas de mitigação foram satisfatórias ou, em virtude da realidade social e econômica da comunidade ser adequada, mas tem

a ver, na verdade, com o fato de que essas famílias já viviam, antes da construção do Castanhão, em situações de vulnerabilidade, e que a conquista da casa e a possibilidade de exploração coletiva de algumas áreas de terra possibilitaram um mínimo padrão de dignidade. Ademais, como essa comunidade foi reassentada em uma distância muito grande da localização da barragem e das antigas comunidades, parece fazer sentido pensar que o Castanhão simplesmente não faz parte da vida desse grupo, diferentemente do que ocorre nas áreas reassentadas às margens da obra.

Esses elementos corroboram com a compreensão de que, em virtude das diferentes formas de ocupação desses territórios, considerando o período anterior à construção da barragem e o período posterior, também se operam formas diferentes de reprodução social das famílias, se instituem diferentes percepções, assim como se conformam realidades econômicas e culturais diversas entre os grupos analisados.

### 3.1.3 Projetos Especiais e Projetos Pendentes: O Reassentamento Curupati-Peixe, a Vila Mineiro e a Comunidade Macambira

O Reassentamento Curupati-Peixe é uma zona para onde foram destinadas cerca de 135 famílias. Nesse caso, não foram destinadas parcelas de terra para as famílias, de modo que o reassentamento foi construído em uma área total de 6 ha. A partir das reivindicações das famílias, começou a ser pensado no fomento à produção de pescado, pela proximidade do reassentamento com o lago da Barragem Castanhão. Em relação ao projeto, os entrevistados relataram que entre 2004 e 2018 foi possível desenvolver a produção através da Cooperativa de Produtores do Curupati-Peixe (CPCP), que garantiu a melhoria de vida dos moradores.

Portanto, a atividade central da comunidade foi, durante bastante tempo, a produção de peixe. Foi relatado que no auge do funcionamento do projeto eram cerca de 54 famílias produzindo, em média, 45 toneladas de peixe por mês, com cerca de 300 gaiolas, sendo que o pescado era destinado para Fortaleza e Paraíba, possibilitando uma renda média de 2 salários mínimos mensais por piscicultor. Contudo, a diminuição do volume de água da barragem, a partir de 2013, e os diversos

episódios de mortandade de peixes inviabilizaram as atividades. Os entrevistados culpam a gestão das águas, afirmando que, com a liberação de vultosos volumes de águas para o Rio Jaguaribe e para o Eixão das Águas em operações rápidas, ocorria a redução do oxigênio disponível e a mortalidade dos peixes.

Sobre os desafios, os interlocutores apontaram a inviabilidade econômica de se retornar à piscicultura. Acerca desse cenário, é comum que os entrevistados apontem que o projeto não teve sustentabilidade, como salientado por CP1 (2023).

Eu acho que não deu certo por um conjunto de coisas, talvez de conhecimento das pessoas [...] Faltou um pouco de assistência por parte do Governo do Estado, e eu acho que também a questão do açude, pela evasão que houve de ter baixado muito contribuiu também para o que de fato veio a acontecer, que foi a mortalidade dos peixes em alto grau. [...] Mas eu acho que o menos culpado de tudo foi o produtor, porque nós, a gente, é aquela coisa, o governo faz o pacote, bota a gente dentro e a gente vai fazer (CP1, 2023).

Atualmente, as famílias do Curupati-Peixe não sobrevivem mais da pesca, pelo menos não nos moldes antigos, em que os piscicultores eram protagonistas do processo produtivo. Agora, a exploração do pescado foi retomada, após alguns anos de perdas totais, mas é dominada por cerca de quatro médios empresários. Já os moradores, sem condições de voltar à atividade piscícola, se veem em um grande dilema, visto que não receberam áreas de terra para outras atividades produtivas relacionadas à agricultura. Ao serem questionados sobre como as famílias têm sobrevivido na área, os interlocutores apontam diversas problemáticas.

Desde então, eu tenho me mantido diarista, porque minha família é pequena e já tem o salário dela aí, se não fosse, não sei nem como é que a gente sobreviveria, entendeu? Mas sendo diarista em outra comunidade, porque aqui mesmo não tem emprego, tá voltando a ter agora de novo algum empregozinho, porque os empresários de fora é quem tão botando os projetos de piscicultura, aí alguém tá se engajando nesses projetos. [...] O resto tá a Deus querer, cada qual sobrevive como pode, à diária, outros foram embora (CP3, 2023).

Questionados acerca das possibilidades de retomada das atividades piscícolas, os informantes apontam desesperança. Nessa abordagem, CP3 (2023) ainda disse: “Eu

*não tenho mais esperança, porque pra começar o pobre não tem como começar, porque é muito caro e o governo não doa mais de novo, entendeu? Aí pra nós mesmo não, aí só para os empresários mesmo que pode, que tem dinheiro. Os empresários tão dominando tudo [...]*". Ainda em relação ao Projeto de Piscicultura implantado como medida de compensação na área, entre os entrevistados, 50% disseram que trabalharam na piscicultura no período de funcionamento do projeto, mas que atualmente não trabalham. Ainda é interessante notar que mesmo o Projeto de Piscicultura tendo registrado uma importância econômica e social considerável, não foram todas as famílias as que adotaram os modelos propostos.

Em relação à Vila Mineiro, compreende-se como projeto e política compensatória, a estruturação de uma área urbanizada que passou a abrigar famílias de diferentes partes da área rural atingida e famílias que já residiam na área do reassentamento que não seria alagada. O projeto, em tese, seria o de abrigar famílias que não teriam mais na agricultura a sua atividade central. Tanto é que nessa comunidade não foram originalmente destinadas áreas de produção agropecuária ou parcelas de terra para as famílias. Desse modo, foram realocadas nessa área, cerca de 44 famílias. Atualmente, a comunidade é formada por mais de 200 famílias. Acerca das fontes de renda existentes, a agropecuária permanece como uma das atividades centrais na visão dos moradores, especialmente a bovinocultura leiteira, mesmo se tratando de uma atividade que garante valores baixos de rendimentos, como é possível notar ao verificar que, na maior parte dos casos de famílias que possuem rendas agropecuárias, esse valor é menor do que 1 (um) salário mínimo

Também se destaca a contribuição dos programas sociais, sobretudo as aposentadorias rurais, na garantia de fontes de renda das famílias. Esse elemento levanta preocupações por evidenciar a forte presença e predominância de famílias compostas por aposentados, demonstrando os desafios das políticas públicas de sucessão rural nessa zona. Os dados também revelam a importância de atividades não agrícolas na comunidade, destacando-se o funcionalismo público e a área de serviços.

Não obstante, dado o destaque para a agropecuária como fonte de renda nessa área, uma questão latente identificada nas entrevistas se refere ao fato de as famílias não disporem de terra para produção. Nesse sentido, o interlocutor MI2 (2023) afirmou, ao comparar a atual comunidade com a antiga localidade onde a família residia, que *“na Vileta se tornava melhor porque a gente tinha mais terra pra gente plantar, pra criar mais bicho, depois que chegou aqui, pronto, você não pode criar muito”*. Esse elemento impõe desafios à comunidade desde o período inicial, de modo que as famílias passaram a reivindicar ao DNOCS, a concessão de uso de áreas circunvizinhas à comunidade para os agricultores explorarem em suas atividades produtivas. A partir dessa demanda foram concedidas áreas de cerca de 3 ha, além da divisão de vazantes. Apesar disso, as famílias ainda destacam a insuficiência dessas áreas para a produção.

Desse modo, é possível questionar a efetividade das políticas de compensação implantadas nessa área, especialmente no que diz respeito ao fato de que, uma parte considerável das famílias continuou a ter na agropecuária sua fonte de renda principal, como já destacado. Essa realidade implica no fato de o projeto possuir um limite estrutural, no sentido de viabilizar a melhoria dessa atividade pela ausência de possibilidades de expansão fundiária da área, de tal forma que nesse caso, a situação fundiária, se não é um impeditivo, é pelo menos um limitante estrutural significativo da reprodução social desses agricultores reassentados (Carneiro, 2001). Ao mesmo tempo, ainda são ínfimas as políticas voltadas a outras potencialidades econômicas, o que demanda uma maior intencionalidade das ações institucionais na identificação dos potenciais e possibilidades de avanços sociais nesse território.

Em relação à comunidade Macambira, entende-se que não foram implementadas políticas de compensação social, de modo que, mesmo 20 anos após a inauguração da obra, algumas famílias dessa área ainda não possuem moradia adequada, como explicou M1 (2023).

Passamos de 2004 a 2013 na casa grande, morando lá, todo mundo junto, aí fomos tapando as portas, aí quando surgiu aqui essas casinhas, [...] foram se mudando, uns moraram lá no estábulo, como uma família que era um monte de criança [...], e nós ficamos lá na Casa Grande,

aí saiu três famílias, ficaram quatro lá morando muito tempo, aí um desistiu, mas ainda hoje moram duas famílias (M1, 2023).

Os relatos dos interlocutores explicitam as dificuldades vivenciadas nesse território desde o período inicial. Antes do deslocamento compulsório, essas famílias residiam em uma comunidade chamada Sítio Ossos, localizada às margens do Rio Jaguaribe. Em 2004, essas famílias precisaram ser deslocadas e foram realocadas na área da Fazenda Macambira, já desapropriada pelo DNOCS. No entanto, os donos da fazenda e alguns moradores antigos ainda residiam na área, de modo que as famílias precisaram lidar com o fato de não ter para onde ir e precisar partilhar a moradia da fazenda junto a essas famílias remanescentes. Durante o processo, os antigos donos foram embora, mas ainda restaram famílias de moradores, que também precisavam ser reassentadas. Contudo, o Governo, somente em 2013 realizou a construção de uma parte das residências, mas a quantidade de casas construídas não foi suficiente e algumas famílias ainda residem em moradias inadequadas.

Segundo os moradores, na comunidade residem, atualmente, 14 famílias, embora nas entrevistas tenha sido possível identificar apenas dez famílias. Além desses aspectos, a comunidade Macambira não possui um sistema de abastecimento de água, sendo abastecida, ainda hoje, por carros-pipa. Aprofundando ainda mais a complexidade, ressalta-se que essas famílias foram realocadas em uma área que compreende a Estação Ecológica do Castanhão, isto é, uma área de proteção ambiental que compreende uma zona com regulamentação específica, onde não deveria ter áreas de reassentamento. Essa questão é um tema que tem alavancado uma série de debates em nível regional, por diferentes aspectos, mas especialmente pelo fato de que grande parte da área foi ocupada, irregularmente, por ex-proprietários, além de problemáticas de caça predatória e, em virtude das famílias da comunidade Macambira.

A partir desses apontamentos, é visível a complexidade que envolve os cenários de impactos sociais e ambientais em contextos de construção de barragens e, em diálogo com isso, constata-se a comum possibilidade de não garantia dos processos de reparação e compensação social adequados aos atingidos. Nota-se que, as famílias

ainda seguem padrões comuns comparados aos antigos modos de vida que detinham antes da construção da barragem, especialmente quando se analisa que a agricultura segue sendo a base de reprodução social de uma parte significativa dos reassentados. Porém, considerando que o deslocamento compulsório por si só já imprime um conjunto de impactos e repercussões sociais em diferentes dimensões, também merece destaque o fato de que a instalação dessas famílias e agricultores nas novas áreas se deu, desde o início, em um contexto de profundas dificuldades.

A partir do exposto, avalia-se que esse contexto de problemáticas é bem caracterizado a partir da noção expressa por Haesbaert (2004) de territorialização precária, associada à compreensão de Harvey (2005) de produção capitalista do espaço. A partir desse processo de produção do espaço, que nesse contexto se materializa com a construção da Barragem Castanhão no território analisado, diferentes perspectivas de territorialização passam a se conflitar. Não obstante, a partir da imposição de um ordenamento territorial capaz de abranger a megabarragem, impôs-se às famílias atingidas um processo de “reclusão territorial” ou, na melhor das hipóteses, apenas a possibilidade de uma “territorialização precária” com o subsídio de políticas compensatórias que registraram diversas incongruências e insuficiências.

Em outras palavras, confere-se aí, usando outra expressão de Carneiro (2001), um “campesinato ameaçado desde a sua instalação”. Não obstante, essas famílias, longe de serem unidades passivas, atuam nos territórios desenvolvendo estratégias diferenciadas de reprodução social, aliando atividades agrícolas e não-agrícolas, migrações, abandono das áreas, formas de organização social e outros mecanismos que configuram por um lado “rotas de conformação e ajustamento” ou, em outros casos, “rotas de tensão e conflito” (Costa; Carvalho, 2012).

Não obstante, essas estratégias diversas de se refazer em uma territorialidade marcada pela precarização enfrentam, no panorama histórico e atual das comunidades, a diversidade de problemáticas relacionadas, em maior ou menor grau, à continuidade de um padrão de dívida social, que se mantém e se renova, no contexto em estudo. Essa constatação corrobora com estudos mais antigos realizados na área de abrangência

desta pesquisa, tais como as pesquisas de Monte e Paula (2005), Monte (2005), Lins (2008), além das pesquisas recentes de Alves (2019) e Salinas *et al.* (2021). De modo geral, todos esses autores apontam para um contínuo processo de ausência de direitos sociais básicos às populações atingidas e realocadas.

Essas insuficiências também podem ser explicadas ao considerar a complexidade dos impactos sociais das barragens, que ocorrem em várias dimensões de tempo, espaço e valor (Kirchherr *et al.*, 2016). Além disso, estudar os impactos associados a essas obras requer o reconhecimento de que os efeitos se dão ao longo de todo o cronograma de implantação e operação e ao longo de décadas (Kirchherr *et al.*, 2016). Nesses termos, dialogando com Zen (2021), que analisa a existência de um passivo social no que se refere à construção de barragens, entende-se que o caso em estudo é mais um exemplo que remete ao tamanho considerável dessa dívida social. Segundo Zen (2021), essa dívida social é, em alguns casos, reconhecida de forma retórica e documental pelo Estado, mas ainda não têm se efetivado como políticas públicas efetivas de reparação. Ao mesmo tempo, ao analisar as constantes referências às insuficiências dos projetos implantados, à frustração com as novas comunidades e à identificação pelas famílias da persistência de uma dívida do Estado para com os atingidos da região, nota-se a relevância da “identidade de resistência”, construída como forma de organização social e que é, ao mesmo tempo, uma estratégia política e de reprodução social das famílias, visto que é nesse caminho que as comunidades ainda operam reivindicações às instituições sociais.

De modo geral, é interessante elucidar, como fazem Costa e Carvalho (2012), que a “identidade de resistência” é um aspecto de inestimável importância para as populações camponesas em seus processos de afirmação de autonomia. Por outro lado, os autores também apontam a necessidade da construção de uma “identidade de projeto”, que poderia ser capaz de possibilitar a esses atores sociais uma nova redefinição do seu papel na sociedade, visando a transformação da estrutura social. No caso em análise, parece fazer sentido afirmar que a “identidade de resistência”

é parte constitutiva da “identidade de projeto” das famílias atingidas por grandes empreendimentos, como barragens, como mecanismo próprio de reterritorialização.

Apesar desse reconhecimento, também é importante atentar para a proposta de Costa e Carvalho (2012), visto que, assim como a construção de uma “identidade de projeto” dos camponeses na formação social brasileira deve pressupor uma “maneira de fazer agricultura diferente daquela presente no paradigma capitalista”, no caso dos atingidos por barragens (entendidos aqui como parte dos povos que habitam os territórios rurais brasileiros), é preciso que a construção de uma “identidade de projeto” desse público também possa asseverar suas especificidades e, inclusive, apontamentos próprios e, talvez inéditos, acerca de modos de vida que se constroem a partir das resistências às territorializações capitalistas sobre terras e águas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base nos aspectos históricos, sociais, econômicos, produtivos e territoriais das comunidades, foi possível averiguar que os projetos implantados, em graus diferenciados e com particularidades, apresentam na atualidade, de maneira geral, graves insuficiências, do ponto de vista de possibilitar e garantir plenas capacidades de reprodução social e manutenção da vida para as famílias reassentadas, levando-se a afirmar a ocorrência de um processo de territorialização precária dessas famílias.

Especificamente, verificou-se que, em relação aos projetos de sequeiro, predominam-se problemáticas de vulnerabilidade social e questões relacionadas à dificuldade de manutenção das atividades produtivas nas áreas, à sucessão rural e à migração intensiva de jovens, assim como, o abandono das instituições governamentais e dificuldades de acesso às políticas de crédito. Ainda sobre essas áreas, merece atenção o fato de que essas famílias, ao serem enquadradas nas políticas comuns de reforma agrária, não receberam outros tipos de políticas compensatórias.

No caso dos projetos irrigados, destacaram-se as dificuldades iniciais de demora da instalação das áreas, de modo que as famílias necessitaram empreender diversas estratégias para se adaptar e garantir a reprodução social nos novos territórios.

Ademais, também é salutar o fato de que diversas famílias afirmaram não ter adotado os modelos de produção propostos no âmbito das políticas compensatórias, levando-se a deduzir que os projetos não apresentaram a viabilidade técnica e social necessária.

No âmbito das áreas urbanizadas, percebeu-se também múltiplas dificuldades de manutenção das atividades produtivas por parte das famílias, que por mais que estejam assentadas em uma área urbanizada, desenvolvem diversas atividades ligadas à agropecuária. A questão central apontada nesse contexto é a pouca disponibilidade de terras produtivas para as famílias e, de forma associada, a ausência de alternativas de emprego e renda. Nas áreas de projetos especiais, baseando-se no Projeto Curupati-Peixe, é importante destacar que este projeto, tido, em um longo período, como um modelo de produção na zona do Castanhão, não se encontra mais em funcionamento. Atualmente, essa área também vem sendo continuamente dominada por médios e grandes empresários da área da piscicultura, de modo que essas famílias, que não dispõem de terras produtivas, encontram-se em uma situação considerável de vulnerabilidade. E, no que se refere às áreas com pendências, tem-se que aí se registra um dos mais graves problemas sociais ainda imperantes no contexto de impactos advindos da Barragem Castanhão, visto que as famílias, além de não possuírem acesso à água em condições adequadas, apontam pendências relativas à moradia e podem ser obrigadas a vivenciar um novo processo de deslocamento compulsório.

Apesar do quadro acentuado de problemáticas, também é interessante destacar a valorização expressa na maior parte das entrevistas a dimensão da conquista da casa própria por parte das famílias reassentadas, elemento que, por vezes, aparece de forma mais central do que a própria conquista da terra, embora sejam ressaltados de forma conjunta em boa parte das falas. Uma parte dos entrevistados associam esse panorama ao cenário de mobilizações e de organização das famílias atingidas perante o processo de construção da barragem, enquanto outros enxergam como uma ação propriamente governamental, o que revela a multiplicidade de olhares e contradições sociais do processo analisado.

De todo modo, em termos gerais, a partir do conjunto de elementos apontados, conclui-se que, atualmente, 20 anos após os processos de reassentamentos, ainda se verifica a continuidade de um padrão de dívida social, que se mantém e ganha novos contornos a cada novo período. Essas reflexões fundamentam a análise de diversos autores acerca da existência de um passivo social, em nível nacional, no que se refere à construção de barragens no território brasileiro, sendo que o processo de construção e operação da Barragem Castanhão, ainda espelha aspectos diversos desse quadro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. C. **A reconstrução da dinâmica socioprodutiva em comunidades rurais atingidas por barragens**: uma análise do Reassentamento Novo Alagamar. 2019. 157 f. Monografia (Graduação em Agronomia) – Departamento de Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ALVES, M. C. **Água, desenvolvimento e injustiça ambiental**: uma análise crítica da Barragem Castanhão no Ceará. 2023. 293 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m)**: grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, ano. 9, p. 22-55, 2001.

CAVALCANTE, L. V. **“As firmas tomaram conta de tudo”**: Agronegócio e questão agrária no Baixo Jaguaribe - CE. 2019. 398f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

COSTA, F. de. A.; CARVALHO, H. M. de. Campesinato. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anna Blumme, 2005.

KIRCHHERR, J., CHARLES, K. The social impact of dams: a new framework for scholarly analysis. **Environmental Impact Assessment Review**. n. 60, p. 99–114, 2016.

LINS, C. dos S. **Os impactos territoriais e socioeconômicos do canal da (Des)integração no Ceará no contexto do médio e baixo Jaguaribe**. 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

MONTE, F. S. de. S. **Uso e controle das águas no processo de modernização do Estado do Ceará**: o caso da barragem Castanhão. 2005. 388 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MONTE, F. S. S.; PAULA, L. A. M. I ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, I Encontro Ciências Sociais e Barragens.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIRES, M. I. C. **“Guerra dos Bárbaros”**: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Recife: Fundarpe, 1990.

RESTREPO, E. Pensar o fim do desenvolvimento sem as certezas de extremas outridades. **Revista Língua e Literatura**, São Paulo, v. 19, n. 33, p. 208-228, 2018.

SALINAS, C. E. T.; OLIVEIRA, V. P. V. de.; ARAÚJO, L. B. de. C.; ARAÚJO, J. C. de. A escassez de água, o açude Castanhão e o desenvolvimento no semiárido brasileiro: os obstáculos temáticos de uma experiência prática não bem-sucedida. **Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 3, n. 3, p. 1-19, 2021.

SWYNGEDOUW, E. **Social Power and the Urbanization of Water**: Flows of Power. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ZEN, E. L. **Dívida social e atingidos por barragens**: Reconhecimento e Reparação. 2021. 341f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

## Contribuições de autoria

### 1 – Marina Calisto Alves

Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
<https://orcid.org/0000-0001-7038-2890> • [marinacalisto.agr@gmail.com](mailto:marinacalisto.agr@gmail.com)  
Contribuição: Conceituação, investigação, metodologia, escrita - revisão e edição

### 2 – Filipe Augusto Xavier Lima

Universidade Federal do Ceará, Doutor em Extensão Rural  
<https://orcid.org/0000-0003-4235-1311> • [filipeaxlima@yahoo.com.br](mailto:filipeaxlima@yahoo.com.br)  
Contribuição: Supervisão, escrita - revisão e edição

## Como citar este artigo

ALVES, M. C.; LIMA, F. A. X. A territorialização precária de famílias rurais atingidas por barragens: dívida social e reconstrução comunitária em reassentamentos no Ceará. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 28, e87902, 2024. Disponível em: 10.5902/2236499487902. Acesso em: dia mês abreviado ano.